

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 30-9-2019.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, a Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Eng^o Comassetto, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 041/19 (Processo nº 0475/19), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Lei do Legislativo nº 195/19 (Processo nº 0427/19), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 150/19 (Processo nº 0321/19), de autoria de Lourdes Sprenger. Também, foi apregoada retificação da Representação Externa de Mônica Leal informada por meio do Processo SEI nº 017/00094/2019-29, alterando o período para do dia vinte e quatro ao dia vinte e seis de setembro do corrente. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Agnaldo Engel Knevitiz, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da situação do acolhimento institucional e da abrigagem em Porto Alegre, executados pela Fundação de Assistência Social e Cidadania e pela Prefeitura Municipal. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Aldacir Oliboni, Valter Nagelstein, este duas vezes, Adeli Sell e Prof. Alex Fraga manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Também, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Agnaldo Engel Knevitiz. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e seis minutos às quatorze horas e quarenta e sete minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Carlos Nedel, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Foi apregoado o Processo SEI nº 047.00071/2019-94, de autoria de Ricardo Gomes, informando, nos termos do artigo 227, § 6º, do Regimento, sua participação, do dia dois ao dia seis de outubro do corrente, no Congresso da Rede Liberal da América Latina, em Buenos Aires, na Argentina. Após, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do quinquagésimo aniversário da regulamentação das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, nos termos do Requerimento nº 090/19 (Processo nº 0349/19), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Mônica Leal, presidindo os trabalhos; Jadir Camargo Lemos e Glademir Schwingel, respectivamente Presidente e vice-Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se João Carlos Nedel, em nome da Mesa Diretora. Em

prosseguimento, a Presidente convidou João Carlos Nedel a proceder à entrega, a Jadir Camargo Lemos, de diploma alusivo à presente solenidade. Também, a Presidente concedeu a palavra a Jadir Camargo Lemos, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Adeli Sell. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e quatro minutos às quinze horas e vinte e sete minutos. Foi apregoadado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença-Luto do dia trinta de setembro ao dia dois de outubro do corrente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Dr. Goulart, em tempo cedido por Cassio Trogildo, e Cláudia Araújo. A seguir, foi realizada a chamada para ingresso na Ordem do Dia, constatando-se a inexistência de quórum deliberativo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/19 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 017 e 018/19. Às quinze horas e cinquenta e três minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Paulo Brum e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul – Cress, que tratará de assunto relativo à situação do acolhimento institucional e da abrigagem em Porto Alegre, executados pela FASC e pela PMPA. O Sr. Agnaldo Engel Knevitz, presidente do Cress, está com a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. AGNALDO ENGEL KNEVITZ: Boa tarde, senhores e senhoras; em primeiro lugar, eu cumprimento a Mesa e, ao cumprimentar a Mesa, eu gostaria de me dirigir a todos os parlamentares desta Casa agradecendo a possibilidade do uso desta tribuna. Eu não poderia começar esta manifestação sem registrar o fato de que, na última quinta-feira, realizamos uma audiência pública nesta Casa, por proposição da Câmara – infelizmente, tivemos a presença de uma pequena parcela das senhoras e dos senhores vereadores. Então, com isso, reforço a importância de poder estar aqui neste momento e fazer este diálogo com todos e todas. De igual forma, eu queria expressar que solicitamos esta Tribuna Popular para tratar do cenário de desproteção social que a cidade de Porto Alegre vem vivenciando com o atual governo. Para fazer esta fala, peço licença aos senhores e às senhoras para que a gente possa fazer uma breve retrospectiva. Em 14 de julho de 2014, ocupávamos a tribuna desta Casa pedindo que o projeto de lei que instituiria o SUAS em Porto Alegre pudesse ser votado com prioridade - projeto de lei de autoria do próprio Poder Executivo. Ocorre que o Executivo não havia negociado no centro de governo a proposta dessa lei. Após uma longa discussão, após uma longa

tratativa, uma longa articulação, o poder público finalmente apresentou o projeto de lei, condicionando sua aprovação a dois fatores essenciais. Um primeiro fator dizia respeito a uma proposta de PDV, que esse PDV pudesse destinar os recursos para a implementação dessa lei. A outra condição para a aprovação da lei que o governo colocava era que as nomeações pudessem acontecer com um determinado escalonamento, que elas não ocorressem de uma forma imediata. À época, nós entendíamos que a prioridade eram as nomeações imediatas, porque eram exatamente essas nomeações a composição das equipes efetivas que garantiriam o cumprimento do reordenamento dos serviços e a composição das equipes efetivas, para poder executar esses serviços em Porto Alegre. Mesmo o projeto de lei não tendo sido aprovado nos moldes do que a gente avaliava como melhor, tivemos ressonância e aprovamos o projeto com essas duas condições. Mas o que é ocorre? Agora, cinco anos depois, esse projeto de lei segue sem efetivação, sem execução, e, mais do que isso, neste momento o governo justifica o não cumprimento dessa lei dizendo que não possui orçamento, que não possui financiamento. Aí a gente se pergunta: o que é que ocorreu com essas duas propostas? Havia uma proposta objetiva de que o recurso do PDV fosse destinado para as nomeações. Isso não ocorreu porque o governo fez uma opção de colocar esse recurso no caixa único e não destinar esse recurso para a execução do SUAS em Porto Alegre.

A outra questão que não ocorreu se dá em função de que o governo, ano após ano, não fez previsão na LDO para que as nomeações pudessem ocorrer dentro do escalonamento que estava previsto. Pelo fato de essa lei não estar sendo executada, pelo fato de essa lei não ter saído objetivamente do papel e ter se materializado na cidade de Porto Alegre, hoje a gente tem trabalhadores efetivos extremamente reduzidos nos equipamentos, e a falta desses servidores efetivos tem um resultado direto na falta de vínculo com os usuários do serviço, na falta de vínculo com esses territórios onde os equipamentos estão situados. Um outro resultado é a sobrecarga de trabalho e a falta de condições éticas e técnicas, como podemos constatar em relatório recente que produzimos através da comissão de orientação e fiscalização do Cress. Outro resultado são trabalhadores culpabilizados e responsabilizados pela precarização dos serviços, resultando em inúmeros casos de assédio moral e de adoecimento decorrente da falta de condições objetivas para a realização do trabalho. O resultado disso é a transferência de responsabilidade estatal para a sociedade civil, sem diálogo prévio com a sociedade civil, num total desrespeito ao controle social ao CMAS, que é o Conselho Municipal de Assistência Social aqui de Porto Alegre. E dizemos isso porque muitos editais de chamamento público, muitos editais de parcerização estão sendo publicados sem nenhuma discussão e sem nenhuma deliberação pelo Conselho Municipal de Assistência. Isso a gente entende que tem levado o governo a uma opção de uma terceirização irrestrita. Nesse momento a gente repudia essa opção de governo porque vai fazer transferir a responsabilidade para a sociedade civil, mas vai, sobretudo, desresponsabilizar o poder público pela execução de uma política que deve ser executada com o comando único do gestor municipal. Quando a gente desiste, de forma alguma desconsideramos o trabalho das organizações da sociedade civil, porque

algumas cumprem um papel fundamental; nós temos organizações da sociedade civil que estão muito comprometidas com a efetivação dos SUAS, mas nós entendemos que o trabalho das organizações da sociedade civil tem que se dar de forma complementar, suplementar e não substituindo o poder público da cidade. Com isso, a gente quer dizer que os equipamentos essenciais, tanto da proteção social básica, como serviços de média e alta complexidade, como os CRAS, os CREAS, os Centros POPs, os serviços de acolhimento institucional, têm que ser de responsabilidade da gestão municipal. Esses serviços não podem ser terceirizados, não devem ser precarizados, precisam de execução direta pelo poder público. E aí, hoje, de forma toda especial, talvez os serviços que mais sofrem com essa terceirização e com essa terceirização sejam exatamente os serviços de acolhimento institucional, os serviços de alta complexidade, porque o que nós temos visto e acompanhado na cidade é que todo o acolhimento institucional de crianças e adolescentes já está terceirizado. Nós temos visto Centros POPs sendo fechados e terceirizados, nós temos visto restaurante popular sendo fechado e agora albergues e abrigos para população em situação de rua sofrendo o risco de terceirização. Equipamentos que têm uma história na cidade, equipamentos que têm uma referência nos territórios e uma referência para população em situação de rua. As pessoas em situação de rua estão cada vez mais marginalizadas num processo de higienização para tirar dos olhos toda barbárie, todo retrocesso e toda retirada de direito que nós estamos vivendo. Isso dá respaldo para desresponsabilizar o poder público na tarefa da proteção social, especialmente a classe trabalhadora mais pauperizada desta capital.

É inadmissível que quadro restrito de trabalhadores a FASC ainda destine recursos humanos para outros órgãos, como é o caso que vem ocorrendo com educadores sociais, com monitores, sendo destinados para SMED, sem nenhum diálogo também com esses trabalhadores. Não podemos admitir que as pessoas mais vulneráveis sejam lançadas à própria sorte. Nesse sentido destacamos a responsabilidade desta Casa no monitoramento da implementação e a efetivação da lei do SUAS. Assistência social é fundamental para um padrão de proteção social, deve ser tratada como direito do cidadão e do dever do Estado – não devemos retroceder.

O Poder Executivo está de costas para a cidade; o Poder Executivo está de costas para a assistência social, porém nós contamos com vocês. Na verdade, nós fazemos um apelo a esta Casa para que a gente possa reverter e corrigir a destinação do recurso do PDV para execução do SUAS e que nós possamos, nesta Casa, prever na LDO os recursos para a nomeação dos aprovados em concurso vigente para composição das equipes efetivas e a execução dos serviços sob a responsabilidade da FASC. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado. Convidamos o Sr. Agnaldo Engel Knevitiz a fazer parte da Mesa.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente em exercício, Ver. Paulo Brum, quero saudar, de modo especial, o Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul, representado aqui pelo Agnaldo Engel – seja bem-vindo; todos os fisioterapeutas, terapeutas aqui presentes – após o período de Comunicações, será tratado deste assunto – todos os senhores e senhoras que estão acompanhando esta sessão nesta tarde. Eu estive presidindo, nesta semana, uma audiência pública, chamada pelos órgãos que, na verdade, militam, principalmente os conselhos, estadual e municipal, de assistência social. Eu quero fazer minhas as palavras do Agnaldo, na medida em que nós percebemos – e é real isso –, não só a terceirização dos serviços públicos, mas também a precarização. Em várias áreas, seja na assistência, na saúde, na educação, na segurança, muitos desses serviços, de fato, estão sendo precarizados, porque, em algum momento, ao sair concurso público, poucos trabalhadores que passaram no serviço público foram absorvidos. Mas o que me chama a atenção, quando o Agnaldo levanta o tema, é que em 2014 foi feito um projeto de lei, aprovado por esta Casa, inclusive tinha prerrogativa de trabalhadores de várias funções para trabalhar na FASC – até hoje nenhum destes foi chamado, como também nenhum recurso foi destinado para desenvolver aqueles programas. Então foi vendida uma mentira, lamentavelmente! Neste sentido, Agnaldo, vamos pesquisar o que aconteceu, vamos cobrar do poder público, seja pela frente ou pelas comissões, uma nova reunião para que a gente possa verificar e cobrar do governo ações concretas, lá do passado, prometidas, bem como agora com relação a não terceirização, no caso dos albergues, que mais me chama a atenção. Uma boa vinda, uma boa luta, um bom trabalho, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento e prossegue sua manifestação, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sr. Presidente, presidente Agnaldo, senhoras e senhores que estão aqui hoje, eu quero, respeitosamente, Agnaldo, que é da democracia, discordar. Permita-me - vou fundamentar os porquês. Praticamente todos os dias da semana eu estou numa creche municipal de Porto Alegre - são 208 creches conveniadas. Eu vejo, nessas creches, professoras, nutricionistas, a comunidade, a sociedade de Porto Alegre envolvidas no cuidado com aquilo que para mim é de mais precioso, que é a criança e a educação. E cada um desses convênios redonda que cada criança recebe entre R\$ 508,00 e R\$ 530,00 por mês, por creche. Esse sistema, que não é o sistema estatal, não é o Estado atuando diretamente, não quer dizer que não seja um sistema que esteja funcionando muito bem. Aliás, Sr. Presidente, está funcionando exemplarmente bem. Eu quero me dirigir a vocês, mas quero falar com

todo o respeito, com todo o carinho, porque, às vezes, as pessoas estão aqui com os seus interesses próprios e não concordam, como está aquela senhora ali, eu compreendo. Eu quero dizer que Porto Alegre gasta por mês, Agnaldo, com folha de pagamento, R\$ 233 milhões. Imaginemos nós aqui, só por amor ao diálogo, se esses R\$ 233 milhões fossem aplicados na cidade somente um mês? Não são aplicados, mas não é por que a cidade não tem, é porque esses R\$ 233 milhões estão sendo gastos com a folha para atender uma parcela que é importante da sociedade, mas que são 15 mil servidores públicos da ativa e 15 mil aposentados, Ver.^a Cláudia. Então, 30 mil pessoas, hoje, que merecem o nosso respeito, ficam com 53% da renda da cidade. Fora dessas contas, estão 1,47 milhão de porto-alegrenses, incluídos aí os próprios moradores de rua. Aí a gente olha as praças e vê que estão cheias de moradores de rua. A gente vê que o problema do morador de rua recrudesciu, e se pergunta: por que aconteceu isso, se nos últimos anos, inclusive, a FASC e a assistência social do Município vinham recebendo recursos vultosos. Ao longo desse tempo, vinham recebendo recursos vultosos! É porque o modelo está errado. Não é possível que a sociedade porto-alegrense gaste, por mês, R\$ 233 milhões para cobrir a folha, e não tenha isso uma vez para aplicar na própria cidade, porque esse modelo, Agnaldo, acabou. Esse modelo, infelizmente, que vocês defendem, eu respeito, mas é insustentável hoje. O cofre, o tesouro não tem mais dinheiro para pagar nessa modalidade, Agnaldo, por mais que nós queiramos. Então, nós vamos ter que caminhar para um outro modelo, que precisa do servidor público, sim! Mas vai precisar do servidor público no controle do convênio. Para saber, vocês reclamam da precarização do serviço, mas quem é que controla o contrato, eu te pergunto, não é um servidor que tem que controlar o contrato? Não é um servidor que tem que fazer o edital, que vai dizer no edital o que o Estado está querendo que aquela ONG, por exemplo, produza ou entregue como um serviço para a sociedade? Eu pergunto o seguinte – o senhor não vai cercar o meu tempo, vereador -: quanto que o Hospital Independência custa para o Município hoje? E o Hospital Independência é cem por cento SUS. Quanto que o Hospital Vila Nova custa para a sociedade hoje? E o Hospital Vila Nova, Ver. Dr. Goulart, é cem por cento SUS e é muito mais barato que o modelo estatal. Então, não é que não queiramos, que sejamos perversos, mas é porque, infelizmente, Sr. Presidente, os cofres públicos já não comportam mais, não é mais possível, não dá mais. E, nesse modelo, com todo o respeito ao trabalhador, pensando no cidadão que está lá na ponta, que é quem mais precisa, precisamos, sim, alterar essa lógica e alterar esse modelo. O Estado tem que começar a gerenciar contratos e não pessoas e tem que ter um serviço público muito qualificado para fiscalizar esses contratos, para saber se lá na ponta aquilo que as pessoas precisam está sendo entregue.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Queria cumprimentar o nosso Presidente, nosso nobre visitante pela sua fala, para mim, esclarecedora, para outros pode não ter sido, mas eu, há tempos, venho dizendo que os contratos, tanto das creches conveniadas, as chamadas creches comunitárias ou escolas infantis, como os serviços de abrigagem, deveriam receber, inclusive, um reforço, porque ninguém consegue manter esse serviço com os recursos que são repassados hoje pela municipalidade a essas instituições. Eu acompanhei durante o ano passado inteiro, bem como no ano anterior, toda a discussão das novas contratualizações entre a municipalidade e as entidades, inclusive, em várias delas havia, sem dúvida nenhuma, problemas, pela fragilidade dessas instituições. Nós, inclusive, para essas entidades, para as que tinham problemas de registro, de CNPJ, fizemos um trabalho de colaboração. Eu discordo radicalmente dessa visão de passar para qualquer instituição, ou melhor, para passar para megainstituições que não darão conta, porque quem sabe como se trata o tema no Barro Vermelho, no Timbaúva, na Chácara do Banco, no Morro da Glória, são as pequenas instituições que têm esse vínculo, e elas precisam fazer permanentemente campanhas – todos os vereadores aqui sabem disso – vindo inclusive pedir auxílio muitas vezes para nós, vereadores. Essa não é a nossa função; a nossa função é fazer o que nós estamos fazendo hoje aqui, ouvindo o conselho, ouvindo as instituições para que a gente possa colaborar. Portanto, eu quero deixar aqui registrado o nosso apoio. Inclusive vou solicitar depois, quando estiverem disponibilizadas as notas taquigráficas, e vou passar isso para os órgãos da Prefeitura e fazer a devida cobrança. Muito obrigado pela sua colaboração.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, eu não poderia deixar de me manifestar, em nome da minha bancada do PSOL, ouvindo um pedaço da fala do Ver. Valter Nagelstein. Nós temos, por princípio, defender a responsabilidade do Estado com relação à prestação do serviço público, principalmente para população mais desfavorecida da nossa cidade e de outras instâncias, Estado, federação, mas, infelizmente, essa não é a opinião da maioria da população. Alguns acreditam que a contratualização seja uma pauta que precise ser defendida a todo custo, defendendo o que se chama de estado mínimo, a partir da ótica liberal, tirar essa responsabilidade do Estado, do gestor público que foi eleito para prestar esse serviço, mas que, obviamente, para baratear o serviço prestado à população carente, faz vistas grossas e contratualiza, muitas vezes, com empresas que não prestam um serviço de eficiência. É por isso que nós defendemos com tanto vigor a FASC, os departamentos municipais, as autarquias públicas. Nós, da bancada do PSOL, defendemos o serviço público prestado com eficiência e qualidade à população, mas, infelizmente, dentro daquela ótica dos mais liberais, quem não tem competência para gerenciar o que é público, terceiriza. E isso é

expresso muitas vezes nas falas mais acaloradas, como fez o Ver. Valter Nagelstein em momento do seu partido. Grande abraço, parabéns à FASC, esperamos que a assistência social seja prestada cada vez com mais qualidade à população que mais precisa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Sr. Agnaldo Engel Knevez está com a palavra para suas considerações finais.

SR. AGNALDO ENGEL KNEVITZ: Obrigado, Presidente. Eu solicitei que a gente pudesse falar brevemente, como estamos num espaço democrático, ressaltado pelo excelentíssimo vereador, primeiro, para podermos fazer uma distinção de que quando nós estamos falando de assistência social nós não estamos falando de educação. Embora possa haver essa confusão, na assistência social, em alguns serviços, também está prevista a complementariedade e, de forma suplementar, a atuação das organizações da sociedade civil, como são os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Mas aqui nós estamos falando dos serviços essenciais, os serviços que têm que ter execução direta: CRAS, CRES, Centro POP, casas de Acolhimento Institucional. É disso que nós estamos falando. (Palmas.)

O segundo ponto que a gente precisa ressaltar, vereador, é que não é um gasto de R\$ 233 milhões. Não é gasto, é investimento, porque serviço público não se faz sem servidor público. E nós lutamos para que, sim, o serviço público seja público, seja estatal, seja de qualidade – é essa a nossa defesa. E a execução do SUAS público, estatal é um dever do Estado, previsto na Constituição, não é um modelo que nós estamos aqui defendendo, a não ser que a gente desconheça a Constituição, porque a nossa defesa aqui é que se cumpra o que está previsto na Constituição no nosso sistema de seguridade social.

O quarto ponto que eu quero destacar é que a nossa defesa aqui em nenhum momento é uma defesa corporativista, porque quando nós viemos aqui fazer uma defesa de que a lei seja executada, nós estamos falando que foi uma lei aprovada nesta Casa; portanto, foram os senhores e as senhoras que aprovaram, e agora é dever monitorar que ela seja, de fato, executada.

Por fim, falar que não se faz política pública sem financiamento. O financiamento da seguridade social hoje é destinado para outros fins. Então, vir aqui e dizer que nós temos uma crise e que esse modelo não funciona não é verdade. Porque, na verdade, o que está funcionando é uma escolha, uma opção política de destinação do nosso recurso público da seguridade para outras finalidades que não a execução da saúde, assistência, previdência e educação. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado. Agradecemos a presença do Sr. Agnaldo Engel Knevez, representante do Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul – Cress. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h46min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h47min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo o processo SEI nº 047.00071/2019-94, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no Congresso da Rede Liberal da América Latina - (Relial), em Buenos Aires, Argentina, nos dias 02 a 06 de outubro de 2019.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 50 anos da regulamentação das profissões de fisioterapeuta e terapeuta ocupacional, nos termos do Requerimento nº 090/19, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Dr. Jadir Camargo Lemos, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; o Sr. Glademir Schwingel, vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações, e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Ilustre Ver.^a Mônica Leal, presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Sr. Jadir Camargo Lemos, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Sr. Glademir Schwingel, vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; quero saudar os vários funcionários do Crefito aqui presentes, bem como os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, colegas vereadores e vereadoras, senhoras e senhores! No último dia 12 de setembro, realizamos, nesta Casa, no Plenário Ana Terra, uma cerimônia de comemoração dos 50 anos de regulamentação das profissões de fisioterapeuta e de terapeuta ocupacional. A cerimônia foi um sucesso, pelo

comparecimento, pela congregação e pelo envolvimento dos participantes, dos convidados e do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Crefito 5 – lembrávamos, naquele evento, que há 50 anos o homem dava seu primeiro passo na lua, Médicos tomava posse por eleições indiretas no Brasil, e Nixon nos Estados Unidos. Nosso mundo era outro; nesse ambiente os fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais lutaram e conquistaram o reconhecimento e a regulamentação das suas profissões. Reconhecimento e sucesso conquistado com o cuidado com as pessoas na prevenção dos problemas, no alívio da dor, no conforto e na recuperação, com a constante busca pela melhora, com a dedicação ao ser humano que necessita do seu conhecimento. Estes são apenas alguns exemplos que nos mostram a ação dos que estão sendo homenageadas hoje nesta Casa, o suficiente para demonstrar a importância e o respeito que são conquistados e superados, diariamente, a cada novo atendimento, a cada novo paciente, a cada nova reabilitação.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu falava com a Dr.^a Maria Tereza Silveira sobre a importância desta comemoração, desta atividade festiva, em última análise, mas também para marcar algumas questões que eu considero avanços que, nesses 50 anos, estão se dando. Nós conversávamos num pequeno comitê sobre a importância da fisioterapia, da terapia ocupacional para os nossos idosos. A longevidade é uma coisa que felizmente está aumentando no Brasil, mas também aumentam alguns dos problemas. Então eu queria agradecer a presença dos senhores aqui, nossos visitantes, e dizer que temos que estar mais em contato, mais irmanados com esse conselho, porque novas legislações, eu creio, vamos trazer aqui para esta Câmara Municipal. Obrigado, Ver. João Carlos Nedel.

Vereador Paulo Brum (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ver. Nedel, eu sou a prova viva, o exemplo vivo do trabalho que esses profissionais fazem e prestam para a nossa vida. Em 1976, sofri um acidente de carro, que me deixou numa cadeira de roda – há mais de 40 anos eu empurro esta cadeira. E eu fui condenado, no primeiro momento, a não poder nem sentar numa cadeira de rodas, fiquei quase um ano deitado numa cama. E foi graças ao trabalho das fisioterapeutas, dos terapeutas, que eu passei a poder estar aqui hoje nesta Casa, sendo um vereador, representando o povo de Porto Alegre. Portanto, parabéns ao Ver. Nedel e a todos os fisioterapeutas e terapeutas do nosso Rio Grande e do Brasil.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Obrigado, Ver. Paulo Brum, pelo seu exemplo e pelo seu testemunho de superação. Parabéns!

Vereador Márcio Bins Ely (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero trazer um testemunho. No final de semana, estive reunido com o presidente do Lar

Santo Antônio dos Excepcionais e com a nossa ex-presidente, o Edison e a Bete, por ocasião de uma atividade lá na Sociedade Libanesa; temos um trabalho forte no Lar Santo Antônio dos Excepcionais com as crianças neurolesionadas, todas elas com lesão severa ou profunda. E graças ao trabalho dos fisioterapeutas, nós conseguimos grandes avanços. Da mesma forma, na SPAAN – que é um asilo administrado por rotarianos, fundado pelo Rotary –, a gente tem um trabalho de muitos anos, na diretoria, através do Rotary. Lá, também, com os idosos, a fisioterapia tem colaborado muito com estímulos. Então quero fazer esse registro. O fato de se ter uma profissão regulamentada é algo muito significativo, muito importante, muito relevante, ainda mais quando diz respeito à saúde das pessoas, porque existe uma responsabilidade; então a gente fica muito feliz que esta Casa possa estar fazendo a sua parte, escrevendo essa importante página da história do reconhecimento da fisioterapia e da terapia ocupacional, através da iniciativa do Ver. João Carlos Nedel. Nossos cumprimentos, em nome da bancada do partido do PTD. Um abraço.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Obrigado, Ver. Márcio.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Parabéns, Ver. Nedel, por esta homenagem. A nossa bancada se sente muito honrada neste momento. Quero aqui trazer um abraço ao Dr. Jadir Camargo Lemos e ao Glademir, presidente e vice-presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Aqui vocês vão encontrar vários aspectos da importância, Ver. Nedel, como falou aqui o Ver. Paulo Brum. Eu, como atleta, já me operei umas três ou quatro vezes, e o fisioterapeuta entra nesse jogo. E como é bom ter um bom fisioterapeuta, alguém que conheça e fortaleça a recuperação, que é mais rápida se tiver, sem dúvida, um bom fisioterapeuta. Também quero parabenizar a terapia ocupacional. Eu me considero também uma dessas pessoas que reconhece o trabalho de vocês, muito importante no dia a dia, para que as pessoas voltem ao normal, à sua vida, ao trabalho, à família, a exercer as suas atividades naturais, mas, para isso, sempre tem que ter uma recuperação. E nada melhor do que ter um profissional dessa natureza, qualificado e que traz autoestima, porque não é só recuperar, tem que conversar com o paciente, tem que levantar a autoestima, mostrar o caminho e mostrar a perspectiva de futuro. Parabéns, Ver. Nedel. Um abraço. (Palmas.)

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer da importância desse ato, cumprimentar o Ver. Nedel pela iniciativa, e dizer que a fisioterapia está começando a fazer parte da minha vida muito diretamente, até porque a minha filha se forma fisioterapeuta agora na metade do ano que vem. É por isso que eu estou começando a estar em casa. Também, Mônica, é verdade que daqui a pouco passarei a precisar de uma fisioterapia, até em razão das questões do nosso dia a dia aqui da Câmara. Mas não poderia deixar de estar aqui para trazer um abraço, cumprimentar a diretoria e a direção do conselho, cumprimentar todos os fisioterapeutas

do nosso Estado, da nossa cidade de Porto Alegre e especialmente aqueles jovens, homens e mulheres que estão conosco nesta tarde de hoje. Um abraço, parabéns. É, sim, uma das profissões belíssimas na capital gaúcha. Obrigado e um abraço a vocês. (Palmas.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Primeiramente gostaria de falar sobre a importância do trabalho dos conselhos como forma de representação desses profissionais. Isso é muito importante. Segundo, gostaria de dizer que trabalho com pessoas portadoras de muitos tipos de deficiência e sei da importância do trabalho do fisioterapeuta, da terapia ocupacional e de tantas outras áreas relacionadas a essas profissões. Quero parabeniza-los pelo trabalho, dizer que estamos sempre à disposição do que precisarem para apoiar e para fortalecer esses profissionais dentro das suas áreas.

Vereador Dr. Goulart (PTB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Queria trazer a saudação do meu partido, como trouxe o Ver. Paulo Brum, e dizer que ele não está sozinho nesta luta fisioterápica na vida. Assomou-se em mim a doença de Parkinson, que requer uma paciência imensa dos meus terapeutas, e eu tinha que vir aqui saudá-los. Quero saudar também o IPA, que trabalha diretamente com aqueles que sofrem da doença de Parkinson. Quero dizer que o pessoal vai estar muito bem assessorado, se por acaso não estiver o Jadir, vai estar o Glademir. Eu tinha que dizer um pequeno poema, porque o pessoal pediu um samba-enredo, mas, para samba-enredo, não dá mais tempo, mas uma rimazinha eu vou dar. Muito obrigado, e traduzam para os terapeutas ocupacionais e para os fisioterapeutas a importância do carinho e da paciência que eles têm em nos colocar e tirar da água, segurar nossos braços, nossas pernas para trabalhar. É uma verdadeira misericórdia – venho aqui saudar aqueles anjos da guarda que nos cuidam quando precisamos disso. Um beijo para toda a terapia ocupacional e fisioterapia do Rio Grande do Sul.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Quero cumprimentar os vereadores Paulo Brum e Dr. Goulart pelo seus emocionantes depoimentos e testemunhos sobre a profissão dos fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Também quero agradecer a minha terapeuta Gabriela Fonseca, que me deixa em forma todas as semanas para enfrentar a representação de 1,5 milhão de pessoas de Porto Alegre.

Quero dizer que hoje são mais de 15 mil profissionais registrados em quase 4 mil consultórios, mais de 2 mil empresas no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais quase um quarto estão em Porto Alegre, preocupando-se e cuidando da saúde dos nossos cidadãos. Certamente, presidente, Jadir Camargo Lemos, novos desafios virão e, com eles, novas especializações, novos conhecimentos e novas vitórias, representadas por movimentos recuperados, pessoas recapacitadas, por profissionais competentes. Por isso, a Câmara Municipal de Porto Alegre, por meu intermédio, parabeniza, mais uma vez, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional pelos 50 anos de

regulamentação dessas profissões que tanta contribuição têm prestado à nossa cidade. Parabéns, conselho; parabéns aos seus dirigentes, aos seus funcionários, aos terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Ver. João Carlos Nedel a fazer a entrega do diploma ao Sr. Jadir Camargo Lemos.

(Procede se à entrega do diploma.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Dr. Jadir Camargo Lemos, presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, está com a palavra.

SR. JADIR CAMARGO LEMOS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Para nós, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, aqui representados pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul, estarmos ocupando este espaço nesta Casa é uma honra imensa, que também nos remete a uma grande responsabilidade. Gostaria de agradecer ao Ver. João Carlos Nedel pela iniciativa de estarmos sendo, neste momento, homenageados. Entendemos que homenagear é reconhecer, sentimos-nos muito reconhecidos enquanto profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Esta homenagem será expandida a todos os profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais do Estado do Rio Grande do Sul, também será expandida a todos os servidores desta autarquia, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional aqui presentes, nossos parceiros, nossos colegas, nossos amigos, nossos colaboradores – nossa eterna gratidão a todos vocês como profissionais e também como diretoria. Esta homenagem também é extensiva aos diretores e conselheiros desta e das gestões que nos antecederam. É muito importante para nós todas as gestões, porque fazem a nossa história.

São cinco décadas de prestação de serviço. Iniciamos com foco na reabilitação, fomos acompanhando a evolução da ciência e da tecnologia e fomos adentrando outros espaços que também eram de nossa competência e de nossa responsabilidade. Além da reabilitação, hoje somos profissionais reconhecidos em diversas outras áreas, como nos esportes, na saúde dos idosos, na saúde dos trabalhadores, nas quais seremos muito necessários com a proximidade da longevidade da população. Precisamos estar sempre atentos, sabemos que é nossa responsabilidade cuidar da saúde humana, queremos estar prestando serviços à sociedade gaúcha e porto-alegrense nos próximos anos. Estamos fechando um ciclo de 50 anos de atividade profissional, de serviços prestados à sociedade, de atenção e assistência fisioterapêutica e terapêutica ocupacional no Sistema Único de Saúde, tanto no setor público quanto no setor privado. É o nosso lugar por competência, é o nosso lugar por responsabilidade. Para os próximos 50 anos, pensamos em continuar prestando a mesma assistência com o

máximo de qualidade e o máximo de excelência, mas imbuídos, talvez, pelas palavras dos vereadores que se expressaram aqui e expressaram o seu reconhecimento, entendemos a importância da nossa profissão. Queremos também pedir a esta Casa, pois assim como podem contar com o nosso apoio, precisamos do apoio desta Casa para continuar peregrinando na direção da qualidade da saúde da população, na qualidade de vida das pessoas, das condições de saúde das pessoas. Para os próximos 50 anos, pensamos em continuar sendo dessas profissões que vêm ao longo de cinco décadas lutando pela qualidade da saúde da nossa população. Muito nos honra estarmos aqui neste momento, e entendemos que é um momento ímpar para as nossas profissões. É a demonstração desta Casa pelo reconhecimento de tudo o que fizemos ao longo desses anos, e é o momento em que pensamos que esta homenagem é um incentivo para continuarmos perseguindo a qualidade da nossa assistência. Estamos à disposição desta Casa e esperamos contar sempre com esta Casa, que preza muito pela saúde da população. Estamos buscando parcerias, estamos buscando o apoio desta Casa. Ficamos à disposição. Estamos encantados com esta homenagem, porém sabendo da responsabilidade que estamos assumindo mediante a esse reconhecimento demonstrado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Na verdade, eu estou usando o meu tempo de Comunicações, Presidente, porque eu não tinha entendido muito bem a reação dos cidadãos e das cidadãs que vêm aqui, que são muito bem-vindos à Casa, porque claramente, anteriormente, no tema prévio, nós tínhamos ali duas visões de mundo. Eu até achei que as pessoas, que eu volto a dizer, são muito bem-vindas, estavam junto com o sindicato que estava aqui, e talvez eu tenha me expressado mal, ou talvez eu tenha sido mal-entendido, ou talvez elas, com o direito que é de cada um, compartilhem essa visão de Estado máximo mesmo. Visão defendida por aqueles partidos que têm matiz comunista aqui, mas é um direito de cada um, eu sou um liberal conservador, cada um defende as suas. Mas eu me apresso em tentar esclarecer essas questões, e me dirijo ao senhor e a fisioterapia e a terapia ocupacional. Eu sou motociclista, dou como exemplo, já sofri acidente e já precisei dos serviços profissionais de fisioterapeutas, e acho que são importantíssimos.

Nas creches que eu frequento, e disse no início, eu encontro crianças que sofrem de autismo em diversos níveis e que precisam de um tratamento especializado, e sei que a Secretaria Municipal de Educação se ressentida de alguns profissionais que possam dar esse tratamento. Nesses casos, especificamente, aqui da Secretaria de Educação, eu acho que tem que ter um profissional que é estatal.

No caso de um traumatismo, de um acidente automobilístico, por exemplo, nós temos o Hospital Independência, vinculado ao Divina Providência, que despende em torno de R\$ 5 milhões por ano e cuida cem por cento da retaguarda do Pronto Socorro nos casos de traumatologia. E eu tenho certeza absoluta da qualidade dos serviços que são lá prestados e dos profissionais que lá estão. Eles não são de um modelo estatal. E por que naquele momento eu me dirigia a vocês, e quero de novo dizer, este modelo chegou num limite. Um operário para o Município, contratado diretamente, concursado, custa 4 vezes mais do que um operário de uma empresa terceirizada e que presta para a sociedade absolutamente o mesmo serviço. Para o cidadão que paga impostos importa é a manutenção da cidade e para alguém que precisa do trabalho, dos préstimos profissionais de um fisioterapeuta ou de um terapeuta ocupacional, importa é a qualidade daquele prestador.

Agora, eu tenho certeza, eu sou advogado, tenho um conselho que me representa, a Ordem dos Advogados do Brasil, os senhores representam uma categoria. Eu tenho a certeza de que para a autarquia não há distinção entre um profissional que está na iniciativa privada e um profissional que é estatutário do serviço público, ambos merecem o mesmo respeito e o mesmo tratamento. E quando eu disse isso, de novo quero sustentar o modelo que atualmente já não comporta mais. Quem precisa do serviço, o que precisa? Precisa de um funcionário público, é isso? Na discussão sobre o IMESF que tivemos aqui há poucas semanas, a diferença entre um técnico de enfermagem que está no IMESF e outro que presta o mesmo serviço em uma clínica particular é de R\$ 1,5 mil: um ganha R\$ 3 mil, o outro ganha R\$ 1,5 mil. A questão, eu pergunto, é só essa? Só o que nos move é o nosso interesse salarial, e a sociedade que se exploda? Não é o juramento nosso, Sra. Presidente, nem de parlamentares ou de nenhum profissional. É óbvio que a gente, enquanto entidade, categoria, tem que defender os interesses e a remuneração...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): ...E aí peço vênias aos nossos convidados, especialmente para me dirigir aqui àqueles que os acompanham: Por que o Estado do Rio Grande do Sul não consegue mais pagar o salário do funcionalismo? O governador Eduardo Leite disse que era apenas uma questão de vontade – está conseguindo pagar? E sabem por quê? Porque esse modelo chegou à exaustão.

Não cabe tudo dentro do serviço público, não cabe todo mundo ser concursado, não cabe todo mundo ser estatutário. Não cabe! E aí tem que ter O.S. – é a área de vocês – que façam convênios com o Município, como é o caso do Divina Providência e do Hospital Independência, e que prestam esse serviço, porque na ponta, quem mais interessa é o cidadão, que vai precisar continuar contando – eu desejo que

continuemos contando – com os excelentes serviços dos profissionais que são representados pelo conselho de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mônica Leal, nossa Presidente, nossos ilustres convidados, senhoras e senhores que acompanham esta sessão, é importante a transmissão pela TVCâmara porque um cidadão acabou de me contatar, dizendo que era importante este debate, principalmente sobre essa questão que eu pautei o Nedel – já tinha conversado com o Nedel antes – sobre a importância do idoso, da questão da longevidade, do tratamento do acidentado, como o Ver. Paulo Brum colocou aqui. Nos dias de homenagem, minha postura sempre tem sido a seguinte: cumprimentar pelas coisas positivas que a instituição fez. Muitas vezes, eu faço uma brincadeira de cobrar que poderiam fazer mais, afinal, em 50 anos, a gente vai acumulando muita experiência. Mas dadas as questões aqui colocadas, eu sou obrigado falar em meu nome, do Ver. Aldacir Oliboni, do Ver. Marcelo Sgarbossa e do Ver. Engº Comassetto, da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque sempre colocam na nossa conta, especialmente aqui têm um gosto para colocar na conta do PT, mas normalmente também colocam nas contas do PSOL, do PCdoB e de outros juntos, como nós fossemos os defensores de um Estado máximo, e como se nós fossemos estatistas, digamos assim, keynesianos na milésima potência. Eu diria o seguinte: é preciso fazer uma releitura, inclusive, do Adam Smith, do Locke e de outros liberais. Graças a esses liberais, nós construímos o iluminismo, nós construímos a civilização que deu luzes para esse mundo em que nós estamos vivendo, em que muitos querem, como gafanhotos, tapar o sol, tirar as luzes e trazer a escuridão. Essa revoada de gafanhotos não vingará porque nós temos as nossas medidas para combater esses malefícios, Ver. Alex, porque nós queremos, sim, discutir o Estado e seus gastos.

Eu falei, anteriormente, que nós, inclusive, dialogamos com o Fórum de Entidades, porque tínhamos algumas entidades, Ver. Dr. Goulart, que não tinham a capacidade de fazer a contratualização com a Prefeitura, foram obrigadas a abrir mão e outras entidades assumiram. Inclusive uma delas era fruto do narcotráfico numa vila e nós fomos os primeiros a ir dar apoio à direção antiga da FASC para que fizesse a modificação. No entanto, quem conhece onde estão as pedras no caminho, Ver. Cassiá, são as entidades que tratam diretamente dos idosos, da criança, do adolescente, que trata com educação infantil. No caso da Prefeitura, todas as creches conveniadas, todas as escolas municipais infantis têm o acompanhamento psicopedagógico da Secretaria Municipal de Educação. Apesar das divergências que nós temos com o secretário, que aqui a maioria tem, nós temos tido um resultado positivo, porque são profissionais que fizeram concurso público, que estão lá para prestar o serviço a partir do juramento que fizeram. E nós não queremos, Ver.^a Cláudia, que é uma das pessoas aqui, entre nós, que

mais atividade nessa área tem, e que está trazendo essa visão para nós aqui... Como eu tenho dialogado muito especialmente com os vereadores Alvoní Medina e José Freitas, e muitas vezes, nós discutimos alguns projetos, como aperfeiçoá-los para chegar aqui no plenário, vingarem, serem aprovados, ou como nós, duas semanas atrás, inclusive, derrubamos um veto do Sr. Prefeito Municipal para que um projeto de S. Exas., Alvoní e Freitas, vingasse. Então, nós estamos hoje, aqui, para dizer que por esse debate, por essas provocações feitas, boas, às vezes nem tão boas, vamos estar mais em contato com o Crefito, vamos estar mais vezes trazendo o debate para dentro das comissões técnicas desta Casa. Vida longa ao Crefito, muito obrigado pela presença de vocês aqui, senhoras e senhores que estão acompanhando, da mesma forma. Eu quero ser mais cobrado, eu quero estar mais presente, nem Estado demais, nem Estado de menos, Estado equilibrado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Parabenizo todos os profissionais de fisioterapia e de terapia ocupacional de nosso Estado, que vêm trabalhando de forma organizada e regulamentada, graças a todos, num caminho de seriedade e comprometimento, de muito estudo e muita dedicação para a sedimentação da classe no que tange ao conhecimento, aos registros, às normas técnicas, ao amparo, busca de valorização e também a regulamentação geral das duas profissões. A Câmara Municipal de Porto Alegre reconhece essa caminhada de 50 anos, podem contar com o nosso apoio. Parabéns ao trabalho e a todos vocês.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h24min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 15h27min: Estão reabertos os trabalhos.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert, solicitando Licença Luto, nos termos do art. 218, inc. II, do Regimento, no período de 30 de setembro de 2019 ao dia 02 de outubro de 2019.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Cassio Trogildo.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, amigos que nos visitam, estive escutando os discursos que foram feitos até agora e só sei dizer que alguma coisa está muito errada com o serviço do SUS no Ministério da Saúde, e é para o lado dos funcionários. Um

médico, um cirurgião, um dentista que trabalhe no SUS recebe R\$ 5 mil por mês. Um salário difícil de se entender e de se aceitar.

E mais, no hospital do Grupo Conceição a coisa é pior, muito pior: os médicos recebem para trabalhar lá em torno de R\$ 9 mil, R\$ 10 mil, e quando se aposentam passam a receber R\$ 4,8 mil. Uma ignomínia, uma vergonha nacional o que acontece. Quando tu estás em plena atividade, para te conquistar, um serviço de saúde do Grupo Conceição, por exemplo, te paga um salário atrativo, mas no momento em que tu te aposentas reduz o salário em 50%. Quando tu mais precisas, quando tu estás mais velho, quando não concorre mais no mercado de trabalho depois de aposentado, e apesar de ter uma possibilidade de vida mais longa, tem as doenças degenerativas, o Alzheimer, o Parkinson, o reumatismo, uma série de doenças que vão atrapalhar o funcionário que ganhava R\$ 10 mil, R\$ 15 mil e que passa a ganhar R\$ 4,8 mil. Tem que haver uma maneira de se resolver isso.

E no Hospital de Clínicas? No Hospital de Clínicas é diferente. Por que é diferente? Porque o Hospital de Clínicas tem metade dos funcionários trabalhando pelo SUS e a outra metade trabalha particular. Vejo que as obras do Hospital de Clínicas aconteceram rapidamente, está aí aquela imensa construção, maravilhosa – não sei se foi inaugurada, não ouvi falar -, porque esse hospital não é Ministério da Saúde, ele é Ministério da Educação, Ministério da Saúde e particular, ao passo que o GHC é do Ministério da Saúde e não particular, é 100% SUS. Eu li agora, com ansiedade, nos jornais, que tinham pensado em transformar todo o Hospital de Clínicas em SUS, os leitos particulares passariam todos para o SUS. Não quero briga como os meus colegas que estão atendendo de maneira privada lá, meus familiares já foram atendidos lá, têm médicos queridos que nos atendem, mas a verdade é a seguinte - na mesma hora vem uma lição - não mexam na parte privada do Hospital de Clínicas, deixem os médicos, que atendem de maneira privada, continuarem lá. Muito bem, mas tem de se fazer a mesma justiça para o GHC. Eles são iguais: um é da Saúde e do Ministério da Educação, outro é da Saúde e do Ministério da Saúde que é o SUS.

Mas não era bem isso o que queria falar, só estava fazendo uma explicação daquelas conversas que ouvi aqui.

Quando se trata da saúde, a saúde é o patinho feio. Ninguém quer saber de tratar direito os fisioterapeutas que estavam aqui há pouco – ainda bem que pude fazer a minha homenagem –, os técnicos de enfermagem, as enfermeiras, os médicos e os dentistas, sempre, estão atrás, e não vai ser diferente com o IMESF. O que eu vim falar aqui é sobre o IMESF. Não é possível que agora eles encerrem uma situação que está dando certo, cujo trabalho de medicina de família é maravilhoso, nos postos de PSF. Não é correto que, agora, tenham que parar com tudo, que abandonem seus serviços, depois de terem feito quase uma carreira de 5, 6, 7, ou 8 anos, para que entrem outras pessoas de uma firma convidada, porque vai ser mais barato. Não sei se é verdade! E a experiência que eles têm não vale de nada para a cidade? O que vai acontecer com o IMESF, se nós permitirmos – volto a dizer a palavra – é uma ignomínia, uma barbaridade contra não só os funcionários, que já tinham feito a sua vida todinha baseada naquela prova que apresentaram, naquela escolha que apresentaram há anos

para o Ministério da Saúde, através da Prefeitura. Nós temos que nos reunir e pedir para que as autoridades façam uma justiça muito grande, não mexendo no que está, acolhendo os funcionários do IMESF como estão, porque não é justo que o povo fique sem os seus melhores tratadores, eles são médicos do SUS, enfermeiros do SUS, técnicos de enfermagem e etc. que têm uma longa experiência, e porque demoraram um pouco para resolver na esfera administrativa, para resolver na Prefeitura, demoraram um pouco lá no próprio Ministério Público, vem o juiz e diz que não quer mais, que vai abrir concurso médico, concurso para enfermeiras. Não há necessidade, Cecchim, de essas pessoas fazerem concurso, elas já sabem demais, foram eles que acolheram todas as pessoas que estiveram à procura de postos do IMESF em todo o Brasil, e principalmente aqui em Porto Alegre. Então precisamos, Ver. Cassio Trogildo, que muito me honra com sua visão sempre muito abalizada e consciente das coisas que estão acontecendo em Porto Alegre e no Brasil. Quero agradecer, vereador, pela cedência de tempo.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, querido colega, Ver. Dr. Goulart, pelo aparte, mas gostaria de fazer uma pequena contribuição nesta questão toda do IMESF. V. Exa. Já era vereador aqui quando foi aprovada a criação do IMESF, eu não estava nesta Casa ainda, foi uma alternativa criada pelo então prefeito José Fortunati, nosso secretário era o nosso companheiro de partido Carlos Casartelli, e a criação do IMESF criou um novo momento em nossa cidade. Não foi por ação de nenhuma esfera do Poder Executivo que hoje teve a decisão de inconstitucionalidade no STF, e sim por uma ação conhecida aí de dezessete entidades que legitimamente entendiam que aquela forma de contratação não era mais adequada. Pois a comprovação de que era uma forma adequada que poderiam funcionar, é o próprio funcionamento do IMESF. Eu tenho, e coloquei na audiência pública, V. Exa. Estava aqui presente, uma visão muito clara de que somente um contrato agora com uma entidade pode abarcar esses profissionais. A decisão do STF está tomada, é irreversível, e nós precisamos aproveitar esses profissionais que estão aí com qualidade, através de um contrato agora primeiramente emergencial, que depois, através de um chamamento público também podem ser aproveitados senão na sua totalidade, na sua grande maioria para continuarem prestando o excelente trabalho que prestam à população de Porto Alegre, principalmente na periferia da nossa cidade. Muito obrigado.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): É bom que eu receba essa informação do Ver. Cassio Trogildo, nosso querido líder, porém não se coadunam, o Código de Ética, deontologia portanto, leis, Constituição, Código Civil, ciência e consciência. Não se coadunam. Se, por acaso, o Ministério Público, que entreviu agora - não foi o Prefeito, como todo mundo está dizendo, foi o Ministério Público que mandou dizer ao prefeito que tinha que suspender -, que pode declarar, a qualquer momento, de necessidade absoluta isso. Ou que os funcionários que trabalham no IMESF tenham algum tipo de pontuação, pela importância que têm, pela experiência que têm. E pode se

tornar então uma fundação pública de direito público; pode transformar de direito particular, como estão falando agora, para direito público. Assim, nós teremos como solucionar o problema aqui ou agora. Não vai se resolver simplesmente fechando, mandando as pessoas para casa porque está fechado, e as pessoas vão perder os seus empregos.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte?

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Claro, V. Exa. me honra com seu aparte. Eu gostaria muito de ouvir sua posição a respeito do assunto.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Ver. Dr. Goulart, que é médico e que também militou a vida toda na área da Saúde, sabe muito bem o quanto é importante manter a estratégia da saúde da família, o atendimento na comunidade, na casa do cidadão, o que envolve as equipes do programa da saúde da família. Onde cada uma delas tem: um agente de endemias, um agente comunitário, um técnico de enfermagem, um enfermeiro, um médico e um dentista. São 77 equipes que seriam, em tese, excluídas. Na verdade, não serão excluídas, porque o próprio governo diz que pretende dar continuidade. O que nós temos aqui é um problema jurídico, o Supremo não reconhece a legitimidade da condição do IMESF e pede para que o gestor público adote uma outra modalidade. Eu queria levantar duas questões, se o senhor me permite. Primeiro, o governo não pode demitir os agentes comunitários de endemias nem os agentes comunitários, porque já fizeram provas seletivas, e a Emenda Constitucional nº 51 lhes garante a continuidade, portanto, o governo tem que absorvê-los. Essa é uma questão. São mais de 900 trabalhadores que não serão demitidos. O governo disse lá no início: que ia demitir em 30, 60 dias, ia fazer a rescisão, enfim. Não faça algo açodado! Vamos criar uma possibilidade de diálogo, com as entidades, com a Câmara. Nós estamos aqui para defender esse programa. Deu certo em todo País, não deu certo em alguns lugares onde adotaram OSCIPs, porque os órgãos de controle – Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, Tribunal de Contas – consideraram inconstitucional a terceirização via OSCIP, então nós precisamos dialogar. O governo defende uma coisa que, ali na frente, pode dar problema de novo, e nós temos a obrigação, enquanto vereadores, de alertá-lo que diálogo e compreensão valorizam os trabalhadores. Nesse sentido, quero lhe parabenizar por tocar neste assunto, porque os trabalhadores estão apreensivos, é preciso uma fala de tranquilidade, de diálogo, então o prefeito tem que ser agora prefeito de todos. É isso, um grande abraço.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Muito obrigado pela ajuda. Quero dizer aos senhores o seguinte: quem manda fechar tem o direito de manter aberto; quem manda fechar tem o direito de resolver o problema; quem tem o poder de tirar o trabalho das 1,8 mil pessoas que estão trabalhando, sejam 800, 500 ou até 400, está cometendo um crime, um crime contra a saúde dos povos. Não é possível que fique aberto o posto por um tempo e, depois, feche o posto de lá para cá. Então eu acho que as autoridades

que reconheceram que daquele jeito não vale; que, para alguns, vale; para outros, não vale... Enfim, vai ferir de morte o povo e os funcionários por quê? Não há necessidade. Quem manda pode mandar tanto fechar quanto manter aberto. Houve um problema lá de administração? Houve; mas, se transformar essa administração em administração ligada a uma empresa pública, e está resolvido o problema! Não tem mistério, não tem nada de errado!

Nós estamos aqui não só para chamar a atenção do pessoal, mas também para dizer que todos nós, vereadores, temos que nos irmanar para que mantenham abertos os PSFs por uma manobra muito simples: ao invés de fechar ou passar para associação ou fundação particular, privada, pública de direito privado, que passe de direito público para direito público. De direito público para direito público! Não existe nenhum banditismo, nada de errado nisso. Nós todos, vereadores, teríamos que, de mãos dadas, dar uma volta em cima dos postinhos do IMESF que estão ali para fechar e dizer: “Aqui nós não deixaremos!”. Nós representamos o que o povo quer, e o povo quer saúde. O povo quer saúde! O povo quer IMESF público! Não podemos pensar de outra maneira. Senhor do Ministério Público, escute este humilde médico de ponta que atende desde os 22 anos – e lá tenho 72 –, a saúde pública sabe o que está precisando. Mantemos, mais uma vez, IMESF vivo, e o que está aí para ajudar a população; nada diferente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Sra. Presidente Mônica Leal, colegas vereadores, público das galerias, hoje, último dia do mês de setembro, retorno a esta tribuna para falar novamente sobre as cores do mês de setembro, ressaltando a importância das ações do Setembro Amarelo para a prevenção ao suicídio, sem esquecer da importância do Setembro Verde que destaca a doação de órgãos, tentando reduzir as filas de espera por um transplante. Também trago o Setembro Dourado, que muitos nem conhecem, sobre a conscientização do câncer infanto-juvenil, este que foi criado para alertar profissionais da saúde, pais, educadores e sociedade em geral sobre a importância de atentar aos sinais e sintomas sugestivos do câncer infanto-juvenil, contribuindo com a sua detecção e tratamento precoce. Essas ações também visam reivindicar os devidos investimentos na assistência a esses pacientes que valem ouro, por isso o dourado foi a cor escolhida.

Minha retomada ao Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio, é para fortalecer a voz de todas as pessoas que sofrem em seus silêncios. Fazendo um balanço das ações produzidas, a qual participei nesta Casa, trazendo a pauta através da COSMAM, onde inúmeros membros desta Câmara puderam contribuir, reforçando a importância de falarmos sobre a saúde mental. Buscar auxílio, conversas, amigos, família e apoio profissional será sempre o caminho do primeiro passo para uma vida

capaz de vencer cada obstáculo. Precisamos estar atentos aos sinais mais fortes de socorro. Como já comentamos aqui, somos o Estado com o maior número, o maior índice de suicídios, logo, precisamos que o nosso olhar seja voltado à prevenção.

Também precisamos falar sobre o Setembro Verde e ressaltar a importância da doação de órgãos e do quanto é necessário comunicar suas famílias sobre a intenção da doação, para que outra pessoa consiga seguir em frente e que mais vidas sejam salvas. Porto Alegre possui hospitais de referência em transplantes, mas ainda há muito o que se fazer, principalmente para esclarecer o assunto junto à sociedade.

Gostaria de trazer um exemplo que tivemos há poucos dias, com uma representante do nosso partido PSD, que foi a viúva do Ver. Tarciso Flecha Negra, que faleceu há alguns dias, em que a família, mesmo nos momentos de dor, fez a doação de todos os órgãos da Jônia, inclusive de pele e cabelo. Isso é de extrema importância, porque muitas pessoas poderão se beneficiar com este ato de amor pós-morte, mas, para isso, as famílias precisam saber que somos doadores.

Hoje também participei de uma Frente Parlamentar em Defesa da Pessoa com Deficiência, presidida pelo Ver. Alvoní Medina, relativa à inclusão diária, tema em que muitas são as necessidades, e só quem vive essas diferenças ainda muito presentes sabe do que estou falando. Parabéns essa iniciativa e desejo que possamos fortalecer a cada dia as melhorias necessárias, minimizando assim as diferenças, infelizmente tão presentes. Que boas ações saiam do papel.

Também uso este tempo para me solidarizar com os profissionais da saúde do nosso Município. Lutaremos juntos pelos 1.840 profissionais para que eles sejam realocados, sim, após a decisão do STF, que já ocorreu. Vão começar as demissões, precisamos, neste momento triste da nossa saúde pública, buscar soluções urgentes. Neste momento não é uma discussão de lados políticos e sim, do compromisso que nós, vereadores, temos com a nossa população.

A COSMAM, em reunião extraordinária, buscou encaminhamentos e ouviu trabalhadores e suas demandas. Encaminhamos, através dessa reunião, a criação de um grupo de trabalho para respaldar ações após esta publicação e a prioridade de contratação desses servidores dentro de um plano emergencial. Também ficou estipulada a vinda do nosso prefeito municipal, e estamos aguardando essa ação. Informamos também que bons exemplos podem ser seguidos, Ver. Prof. Alex Fraga, como ocorreu em Novo Hamburgo, município da Região Metropolitana que está transformando a fundação com o mesmo formato do IMESF em empresa pública e assim dará continuidade aos serviços, garantindo direitos adquiridos, horários, escalas e locais de trabalho. O resultado final depende muito do querer, e do que se quer. Colhemos o que semeamos e precisamos ter muito cuidado na escolha das nossas sementes. Obrigada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.)

(Após o fechamento do painel eletrônico.) Catorze vereadores presentes. Não há quórum.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0463/19 – PROJETO LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/19, que altera o *caput* do art. 49 da Lei Complementar nº 7, de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, incluindo, como sujeitos passivos da Taxa de Aprovação e Licença de Parcelamento do Solo, Edificações e Obras, o interessado e o executor da obra.

PROC. Nº 0464/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 017/19, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A.

PROC. Nº 0465/19 – PROJETO LEI DO EXECUTIVO Nº 018/19, que dispõe sobre o reconhecimento de dívidas consolidadas referentes às despesas de exercícios anteriores.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h53min.)

* * * * *